



PROCESSO ADMINISTRATIVO 18/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2023

I — DO FATO

A esta Comissão de licitação foi encaminhado requerimento da Assessoria de Comunicação, para **CONTRATAÇÃO DE 12 ASSINATURAS, COM ENTREGA DIÁRIA DE JORNAL IMPRESSO DO “JORNAL DIÁRIO DO IGUAÇU” DA REDE DIÁRIO DE COMUNICAÇÃO LTDA, PARA ENTREGA NOS ORGÃOS PUBLICOS DEFINIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA.**

II — DO AMPARO LEGAL

A situação apresentada caracteriza hipótese de inviabilidade de competição, de modo a autorizar a inexigibilidade de licitação, nos termos, do Caput, Art. 25, da Lei nº 8.666/93 e demais alterações:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;”

Do exposto, esta Comissão, vislumbrando-se do enquadramento de aludida contratação direta, além de que, necessita-se da referida contratação, decidindo-se por instruir o processo conforme as determinações do artigo 26, parágrafo único, da Lei das Licitações.

“Art. 26 - As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005).



(...)

“Parágrafo único – O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – Razão da escolha do fornecedor ou executante;

III – Justificativa do preço;

IV – Documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.”

III - DA CONTRATADA

REDE DIÁRIO DE COMUNICAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 1675, Centro, no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 24.528.666/0001-85, neste ato representada pelo Sr. Willian da Silva, inscrito no CPF/MF sob nº 085.059.639-46 e portador da cédula de identidade nº 4.864.957, denominado CONTRATADA.

IV- RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

Os órgãos públicos devem se manter atualizados acerca dos fatos jornalísticos regionais que possam ser de grande expressão e muitas vezes de grande interesse de toda municipalidade.

O Jornal Diário do Iguaçu, da Rede Diário de Comunicação Ltda- ME, é o único jornal que circula diariamente no município de Cordilheira Alta com expressão, alcance e diversificação de notícias e informações, proporcionando atualização dos leitores dos mais diversos âmbitos, bem como, proporcionando informações que podem nortear as atividades administrativas.

Assim, considerando que há diversas publicações que trazem como conteúdo informações sobre acontecimentos diários bem como reportagens, matérias jornalísticas, pareceres e informações técnicas de diversos jornalistas e articulistas, não há dúvida de que a assinatura do periódico contribuirá para nortear a atividade administrativa.

Exposta a necessidade do poder público de dispor de informações constantemente atualizadas, dinâmicas e acessíveis para o cumprimento de suas atividades institucionais, por meio de comunicação confiável, justifica-se a contratação da assinatura, tendo em vista a singularidade do jornal e a exclusividade na comercialização do mesmo.



De acordo com essa Lei, os contratos celebrados com terceiros na Administração Pública devem ser necessariamente precedidos de licitação, excepcionando essa regra ressalvadas as hipóteses quando o objeto em questão se enquadrar em dispensa ou inexigibilidade.

Quanto a inexigibilidade o Art. 25 da lei 8.666/93 indica três hipóteses, sem excluir outras, devendo sempre existir a inviabilidade de competição.

Nesse viés, Marçal Justen Filho alerta que:

A inviabilidade de competição se configura não apenas quando a ausência de pluralidade de alternativas afasta a possibilidade de seleção. Pode configurar-se inviabilidade de competição, para os fins do art. 25 da Lei n.º 8.666, mesmo quando existirem no mercado inúmeros particulares em condições equivalentes de desempenhar a prestação necessária à satisfação do interesse público. A inviabilidade de competição também se verificará nos casos em que houver impossibilidade de seleção entre as diversas alternativas segundo um critério objetivo ou quando o critério da vantajosidade for incompatível com a natureza da necessidade a ser atendida, ou ainda quando a realização da licitação inviabilizar a contratação de um entre os diversos sujeitos aptos a executar satisfatoriamente o contrato visado pela administração.

Ainda opinião compartilhada por Hely Lopes Meirelles que nos apresenta o seguinte comentário:

“Em todos esses casos a licitação é inexigível em razão da impossibilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados, pois não se pode pretender melhor proposta quando apenas um é proprietário do bem desejado pelo Poder Público, ou reconhecidamente capaz de atender às exigências da Administração no que concerne à realização do objeto do contrato”. (Direito administrativo brasileiro. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 306).

E, ainda:

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (decisões: 7831/93, 8016/96, 23/95 e 6590/94) aduz que

"para os dispêndios com assinaturas de revistas e periódicos, quando adquiridos diretamente das editoras responsáveis pela publicação., será inexigível a licitação, com fundamento no



caput do art. 25, da lei 8, 6661/93. " O Tribunal de Contas da União compartilhou desse pensamento. considerando "regular a contratação sem licitação com editores" (Decisão nº 589/1996 - Plenário).

Verifica-se também, através do Parecer nº 11/2013 da Advocacia Geral da União, Processo nº 00407.001847/2013-61 sobre tema de contratação Assinatura podendo ser firmado diretamente com a editora, por inexigibilidade, tendo por limite o valor de assinatura para o período desejado, conforme Conclusão informada na página 09:

"a) a contratação de jornais, revistas e periódicos pode ser feita pelo sistema de assinatura (com as editoras) ou pelo sistema de desconto sobre o preço de capa (com distribuidores), sem prejuízo de outras formas que se revelem mais adequadas conforme as peculiaridades do caso concreto. b) no caso de contratação pelo sistema de assinatura (com as editoras), deve a administração atender as seguintes orientações: (a) deve preferir tal modalidade sempre que a quantidade de publicações a ser contratada afaste a necessidade de fornecimento por meio de distribuidor: (b) o limite da contratação deve ser o valor de assinatura, cabendo à administração exigir os preços normalmente aplicáveis aos assinantes privados: (c) nesses casos, como pagamento, em regra, é antecipado, deve a administração observar a ON/AGU nº 37/2011; (d) dar-se-á por inexigibilidade quando o editor tiver direitos de exclusividade. " <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/procuradoria-geral-federal-l/arquivos/PARECERN112013CPLCDEPCONSUPGFAGU.pdf>

À vista do exposto, está justificada a contratação da empresa para fornecimento do material, no caso em apreço os jornais serão adquiridos diretamente da empresa que produz e publica o jornal.

V - DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO – HABILITAÇÃO

A empresa a ser contratada apresentou a seguinte documentação:

I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com o INSS compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal, com validade para o dia 19/07/2023.

II - Prova de regularidade fiscal para com a fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente, com validade para o dia 02/04/2023.



III - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito, com validade para o dia 15/03/2023.

IV - Prova de regularidade perante o FGTS, comprovado com Certidão Negativa de Débito com validade para o dia 06/03/2023.

V - Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida com validade para o dia 12/08/2023.

VI – Certidão de Falência, Concordata e recuperação Judicial, com validade 13/05/2023; eproc

VII – VI – Certidão de Falência, Concordata e recuperação Judicial, com validade 13/05/2023; esaj

VIII – Declaração que não emprega menores de 18 (dezoito) anos.

IX – Declaração que não possui parentesco conforme Lei Orgânica do Município;

Conforme documentação apresentada, dentro dos parâmetros da Lei 8.666/93 e, após efetuar as análises cabíveis, inclusive relativas à documentação de habilitação exigível, considerando, finalmente, o disposto no Art. 25, Inciso I, da Lei nº 8.666/93, a Comissão de Licitação do Município de Cordilheira Alta, entende justificada a inexistência de licitação para contratação de jornal impresso.

VI- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência contratual será de **DOZE MESES**, a contar da data de sua assinatura.

DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser prestados de acordo com a demanda da Administração Municipal, a ser estabelecida pela secretaria solicitante e gestores responsáveis pelas ações, mediante emissão da Autorização de Fornecimento (AF).

Os jornais devem ser entregues diariamente no período matutino no Centro Administrativo Municipal, Rua Celso Tozzo, 27.

A CONTRATADA deverá entregar os jornais, em perfeito estado de conservação.



A plena execução deverá ser atestada pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

VIII - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Iunes Luiz Ferraz – Assessor de Comunicação, matrícula n. 13734/1, que atuará como representante institucional, nos termos do art. 67 da Lei n. 8666/1993.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666/1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada;



Efetuar o pagamento à contratada no valor, prazo e forma estabelecidos no edital;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

X- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Efetuar a entrega em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 da Lei n. 8.078/1990;

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, em prazo hábil, o objeto com avarias ou defeitos;

Comunicar o contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

Arcar com o pagamento de todos os tributos envolvidos, bem como com transportes/deslocamentos. Efetuar a entrega nos locais indicados.

XI - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor total para execução do presente objeto é **R\$ 9.600,00** (Nove mil e Seiscentos Reais).



O pagamento será efetuado mensalmente, em até 30 dias após a apresentação da respectiva nota fiscal, que deverá estar atestada pelo gestor do contrato.

A contratação será atendida pela seguinte dotação: Projeto Atividade 2.002 – Elemento 3.3.90 – Despesa 2.

XII - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A razoabilidade do valor da contratação afere-se por meio da comparação entre o valor proposto e os preços praticados pela contratada em contratações pretéritas, mediante a juntada de contratos.

Em análise ao contrato da empresa efetuada com o Município de Chapeco, percebe-se que o valor contratado no referido processo é menor do que o ofertado ao Município de Cordilheira Alta. Solicitado a empresa REDE DIARIO DE COMUNICAÇÃO LTDA a justificativa do valor, a mesma informou que a sede da empresa está localizada no Município de Chapeco, o que possibilita um custo expressivo bem menor na entrega dos mesmos, bem como a quantidade de assinaturas ser mais que o dobro do que a contratação que está sendo efetuada neste processo.

Em consonância ao contrato firmado com o Município de Xaxim, verificou -se que o mesmo apresenta valor igual a proposta formalizada ao município de Cordilheira Alta, dessa forma, verifica-se que o valor ajustado em **(R\$ 9.600,00)** é compatível com os preços praticados no mercado pela contratada para o objeto em questão.

Cordilheira Alta/SC, 16 de fevereiro 2023.

ANDRESSA BREANCINI

Presidente da Comissão

ANGELITA GABRIEL

Membro da Comissão

TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Membro da Comissão